

A invisibilidade dos povos indígenas

Andre Ribeiro de Goveia

Mestre em Educação. Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: andregoveiar@gmail.com

Neila Barbosa Osório

Pós-Doutora em Educação. Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: neilaosorio@uft.edu.br

Claudiany Silva Leite Lima

Mestre em Biotecnologia. Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: claudianymilk@gmail.com

Karinne Oliveira Meneses

Mestranda em Educação. Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: karinneoliveirameneses@hotmail.com

Samuel Marques Borges

Mestrando em Educação. Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: samuelbiologo11@gmail.com

Luciano Paulo de Almeida Souza

Mestrando em Educação. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

E-mail: lucianocoordenador26@gmail.com

Patricia Oliveira Menezes

Especialista em Neuropsicopedagogia. ITPAC – Instituto Presidente Antônio Carlos.

E-mail: patriciaolivmenezes@gmail.com

Orcimar Sousa Gomes de Amorim

Especialista em Educação Matemática. Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: orcimar.amorim@professor.to.gov.br

Joselma dos Reis Gouveia

Especialista em Orientação Educacional. SEDUC-TO

E-mail: joselmareisgouveia689@gmail.com

Genivaldo Rodrigues Trindade

Especialista em Gestão Escolar. Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: genivaldorcc@gmail.com

Bruno Batista da Silva

Especialista em Orientação Educacional. SEDUC-TO

E-mail: debrunobatista@gmail.com

Osiana Lustosa dos Santos

Especialista em Psicopedagogia. Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: osianalustosa@gmail.com



Matheus Sousa da Silva Marques

Graduado em Geografia. Universidade Estadual do Pará.

E-mail: matheus.mar@gmail.com

Nair Gonçalves Rech

Graduada em Filosofia. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

E-mail: treinamentosnr@gmail.com

Dalayne Lopes dos Santos

Graduada em Pedagogia. Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: dalaynelopesdosantos@gmail.com

RESUMO

Este estudo analisa os processos históricos e contemporâneos de invisibilidade dos povos indígenas no Brasil, com foco na construção da identidade parda como reflexo da miscigenação e sua relação com a negação das raízes indígenas. Adotando uma abordagem qualitativa e bibliográfica, investiga-se como as práticas coloniais e pós-coloniais moldaram as categorias raciais e culturais no país, promovendo o apagamento das especificidades étnicas. O trabalho discute, ainda, os desafios atuais para a valorização e o reconhecimento das identidades indígenas, destacando as limitações das políticas públicas, as representações educacionais e a luta por direitos territoriais e culturais. Conclui-se que, apesar dos obstáculos, as populações indígenas têm se mostrado resilientes e ativas na afirmação de suas identidades, contribuindo de forma indispensável para a construção de uma sociedade mais plural e inclusiva. A pesquisa reafirma a urgência de ações que desconstruam preconceitos históricos e promovam uma reparação efetiva, garantindo a preservação das culturas e saberes indígenas.

Palavras-chave: Povos indígenas. Identidade parda. Invisibilidade étnica.

1 INTRODUÇÃO

A história brasileira é marcada por processos intensos de miscigenação e imposição cultural, que contribuíram para o apagamento de identidades étnicas específicas, sobretudo as indígenas. Desde os primeiros contatos entre povos originários e colonizadores, instaurou-se um modelo de dominação que negou a diversidade e a riqueza das culturas indígenas, substituindo-as por narrativas homogêneas e genéricas, alinhadas aos interesses coloniais e, posteriormente, nacionais. Nesse contexto, o surgimento da identidade parda reflete não apenas a mistura racial, mas também uma construção social que dilui e oculta raízes indígenas, configurando-se como um elemento central na invisibilidade dessas populações. Este cenário não apenas perpetua a marginalização histórica, mas também alimenta desafios contemporâneos no reconhecimento e valorização das identidades indígenas.

O presente estudo tem como objetivo investigar os processos históricos e sociais que contribuíram para o apagamento das identidades indígenas no Brasil, analisando a construção da categoria “pardo” como um reflexo da miscigenação e como uma ferramenta de invisibilização das origens indígenas. Além disso, busca explorar os desafios contemporâneos na valorização dessas identidades, considerando tanto os



avanços quanto as limitações das políticas públicas e das práticas sociais em prol do reconhecimento das culturas indígenas no contexto atual.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, baseando-se em estudos acadêmicos e documentos históricos que abordam a temática. Essa metodologia permite uma análise aprofundada das dinâmicas de exclusão e dos mecanismos de apagamento cultural, considerando a complexidade histórica e social que permeia a questão indígena no Brasil. O enfoque teórico possibilita compreender como essas dinâmicas se mantiveram ao longo do tempo e quais estratégias de resistência têm sido empregadas pelas populações indígenas na atualidade.

A justificativa para este estudo reside na urgência de ampliar as discussões sobre a invisibilidade indígena no Brasil e suas implicações na formação das identidades nacionais. Apesar de avanços pontuais no reconhecimento de direitos, as populações indígenas continuam a enfrentar desafios significativos, que incluem a disputa por terras, a marginalização cultural e a exclusão de espaços de poder e decisão. Compreender esses processos é essencial não apenas para reparar injustiças históricas, mas também para construir uma sociedade que valorize e respeite sua diversidade étnica e cultural.

Este trabalho também se justifica pelo impacto que o reconhecimento das identidades indígenas pode ter na construção de narrativas mais inclusivas e representativas. A valorização dessas culturas contribui para o fortalecimento de suas comunidades e para a preservação de saberes ancestrais, que possuem grande relevância no enfrentamento de desafios contemporâneos, como as crises ambientais e sociais. Assim, o estudo propõe uma reflexão crítica que contribua para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais eficazes no âmbito da valorização das identidades indígenas.

Ao longo do desenvolvimento, serão analisados três eixos principais: o silenciamento histórico e a descaracterização das culturas indígenas, a identidade parda como reflexo da miscigenação e da negação das raízes indígenas, e os desafios contemporâneos para o reconhecimento das identidades indígenas. Esses tópicos, interligados, buscam oferecer uma visão ampla e crítica sobre os mecanismos de invisibilização, suas consequências e as possibilidades de resistência e valorização cultural no cenário atual.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O SILENCIAMENTO HISTÓRICO E A DESCARACTERIZAÇÃO DAS CULTURAS INDÍGENAS

O apagamento histórico e cultural dos povos indígenas no Brasil é um processo de longa duração, que teve início com a chegada dos colonizadores europeus no século XVI e persiste de forma complexa até os dias atuais. Desde o período colonial, as políticas de ocupação territorial e o projeto de "civilização" imposto pela coroa portuguesa visaram à assimilação forçada ou à erradicação das culturas indígenas. Nesse contexto, os povos indígenas foram tratados como obstáculos ao progresso, suas línguas e modos de vida foram deslegitimados, e suas terras, apropriadas para o cultivo de monoculturas e a exploração de riquezas



minerais. Essa lógica de subjugação não apenas eliminou fisicamente milhares de indígenas, mas também destruiu parte significativa de suas tradições culturais e espirituais, deixando um legado de exclusão e marginalização que ainda reverbera nos dias atuais (Cardim, 2020).

A construção da identidade nacional no Brasil no século XIX aprofundou esse apagamento ao estabelecer a miscigenação como a base da formação do povo brasileiro. Essa narrativa, embora exaltasse a mistura racial, negligenciou as especificidades das culturas indígenas e as diluiu em um ideal genérico de brasilidade. Os indígenas, que antes eram vistos como selvagens a serem civilizados, passaram a ser romantizados ou completamente ignorados no discurso oficial. Essa construção ideológica serviu para reforçar a invisibilidade dos povos originários e facilitar a continuidade de políticas que favoreciam a expansão de latifúndios, a exploração de recursos naturais e o avanço de projetos de colonização nas terras indígenas, consolidando, assim, a exclusão dessas populações dos espaços de poder e decisão (Fiorin, 2009).

A ideia de miscigenação, por sua vez, criou a categoria “pardo”, que se tornou uma identidade racial frequentemente utilizada para diluir a ascendência indígena. Muitos indivíduos com herança indígena foram classificados como pardos, o que não apenas escondeu suas origens culturais, mas também reforçou uma lógica de apagamento ao confundir identidades étnicas específicas em uma categoria ampla e imprecisa. O pardo, nesse sentido, passou a representar uma identidade de transição, associada à tentativa de embranquecimento da população brasileira, que, por sua vez, reforça as hierarquias raciais no país. A branquitude, enquanto estrutura de poder, perpetua essa dinâmica, mantendo os indígenas em uma posição de subalternidade no imaginário social brasileiro (Silva & Leão, 2012; Schucman, 2012).

Esse processo de apagamento foi reforçado ao longo do século XX por políticas públicas que negligenciaram os direitos indígenas e priorizaram o desenvolvimento econômico à custa de suas terras e modos de vida. Projetos de infraestrutura, como a construção de rodovias e hidrelétricas, além da expansão do agronegócio, resultaram no deslocamento forçado de comunidades inteiras e na devastação ambiental de territórios tradicionalmente ocupados por esses povos. Durante o regime militar, essas práticas foram intensificadas com a imposição de políticas de integração, que tinham como objetivo transformar os indígenas em trabalhadores rurais ou urbanos, desconsiderando completamente sua autonomia e suas tradições culturais (Gomes, 2013).

Além das práticas de expropriação territorial, o sistema educacional brasileiro também contribuiu para a perpetuação do apagamento indígena. Durante décadas, os currículos escolares apresentaram uma visão romantizada ou estereotipada dos povos indígenas, ignorando sua diversidade cultural e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira. Essa abordagem educacional desinformada não apenas reforçou preconceitos, mas também consolidou a ideia de que os indígenas eram parte de um passado remoto, alheios à modernidade, apagando suas lutas e existências contemporâneas (Kaingang, 2017).



As línguas indígenas também foram duramente impactadas por esse processo de apagamento cultural. Com a imposição do português como idioma oficial e a ausência de políticas linguísticas voltadas para a preservação das línguas originárias, muitas delas estão hoje ameaçadas de extinção. A perda dessas línguas representa não apenas o desaparecimento de meios de comunicação, mas também a destruição de saberes ancestrais, cosmologias e modos de organização social que são parte essencial da identidade dos povos indígenas (Angatu, 2019).

Mesmo os avanços nas últimas décadas, como o reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição de 1988, não têm sido suficientes para reverter esse apagamento histórico. A implementação de políticas públicas voltadas para os povos indígenas ainda enfrenta resistência de setores poderosos, como o agronegócio e a mineração, que frequentemente violam direitos territoriais em busca de lucro. Além disso, a lentidão nos processos de demarcação de terras e a falta de fiscalização efetiva permitem que conflitos fundiários continuem a ocorrer, muitas vezes resultando em violência contra comunidades indígenas (Andrade, 2019).

É importante reconhecer que o apagamento não se limita às ações do Estado, mas está profundamente enraizado nas estruturas sociais e culturais do país. A branquitude, como norma social dominante, não apenas invisibiliza as identidades indígenas, mas também constrói narrativas que legitimam sua exclusão. Essa dinâmica reforça a ideia de que os indígenas são elementos do passado, ignorando suas realidades atuais e suas contribuições para a sociedade contemporânea (Müller & Lourenço, 2017).

Diante desse cenário, a resistência indígena se apresenta como um movimento fundamental para a preservação das culturas e da diversidade. Apesar das adversidades, os povos indígenas têm encontrado formas de reafirmar suas identidades, seja por meio da recuperação de suas línguas, da luta pela demarcação de terras ou da preservação de suas tradições espirituais e culturais. Esses movimentos não apenas desafiam o apagamento histórico, mas também oferecem perspectivas valiosas para a construção de um futuro mais equitativo e sustentável (Krenak, 2022).

A luta dos povos indígenas pelo reconhecimento de seus direitos não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também uma necessidade urgente diante das crises contemporâneas, como as mudanças climáticas. O vínculo espiritual e ancestral dos povos indígenas com a terra contrasta fortemente com a lógica de exploração capitalista, oferecendo alternativas sustentáveis para a relação entre humanidade e meio ambiente. Valorizar esses conhecimentos é essencial para enfrentar os desafios globais que ameaçam o equilíbrio ecológico do planeta (Atalay, 2020).



2.2 A IDENTIDADE PARDA COMO REFLEXO DA MISCIGENAÇÃO E DA NEGAÇÃO DAS RAÍZES INDÍGENAS

A identidade parda no Brasil é um fenômeno que está nos processos históricos de miscigenação e nas políticas de apagamento das identidades étnicas específicas, como as indígenas. Essa categoria racial, introduzida como parte do sistema classificatório da sociedade brasileira, reflete não apenas a mistura biológica entre povos, mas também um projeto político e social de negação das raízes indígenas e africanas em prol da construção de uma identidade nacional voltada para o embranquecimento. O “pardo”, enquanto categoria ampla e genérica, carrega em si a diluição das particularidades culturais e históricas, funcionando muitas vezes como um espaço de transição ou de invisibilidade étnica.

Desde o período colonial, a miscigenação foi estimulada como uma estratégia de controle populacional e de dominação. Para os colonizadores, o cruzamento entre europeus, indígenas e africanos possibilitava a formação de um “novo povo” que, ao mesmo tempo em que era identificado com a cor, desvinculava-se das raízes culturais e históricas dos povos originários e dos africanos escravizados. Nesse processo, a identidade parda surgiu como uma ferramenta de poder que servia para reorganizar hierarquias raciais e étnicas, consolidando o domínio da branquitude sobre as populações racializadas (Fiorin, 2009).

O pardo, enquanto identidade construída apresenta-se como um reflexo da tentativa de neutralizar as marcas de pertencimento indígena. Ao classificar indivíduos miscigenados como pardos, o Estado brasileiro criou uma categoria que funcionava como um “não lugar”, no qual as raízes indígenas e africanas eram apagadas, e a associação com o ideal branco de superioridade racial era fortalecida. Essa estratégia foi eficaz para reduzir a percepção da presença indígena na formação da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que consolidava a ideia de uma nação homogênea, baseada na mistura racial (Silva; Leão, 2012).

A construção dessa identidade foi acompanhada pela disseminação de narrativas que romantizavam a miscigenação como um elemento de harmonia racial, ignorando as violências e as desigualdades que marcaram esse processo. Por trás da aparente exaltação da mistura, escondia-se um projeto de apagamento cultural e étnico que favorecia a exclusão dos povos indígenas e africanos de qualquer protagonismo histórico. A identidade parda, nesse contexto, tornou-se um símbolo dessa ausência de pertencimento definido, onde as raízes indígenas eram relegadas ao passado, e as tradições culturais eram deslegitimadas no presente.

A categoria parda também reflete as dinâmicas de embranquecimento que dominaram as políticas raciais no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX. Na prática, o pardo foi inserido como um meio de aproximação simbólica com a branquitude, especialmente em uma sociedade onde a ascensão social e o reconhecimento eram frequentemente associados à negação de características indígenas ou africanas. Assim, o pardo passou a ser visto como um “intermediário” em uma escala racial, que permitia a exclusão silenciosa de indígenas e negros das discussões sobre identidade e poder.



Esse processo de negação das raízes indígenas também foi reforçado por políticas educacionais e culturais que minimizaram ou ignoraram as contribuições dos povos originários para a formação do Brasil. Nas escolas, os indígenas foram apresentados como figuras históricas estáticas, pertencentes a um passado distante, enquanto as contribuições africanas eram frequentemente limitadas às narrativas de escravidão. Ao mesmo tempo, o pardo era retratado como a personificação do “povo brasileiro”, uma figura desprovida de laços históricos específicos, construída para consolidar a ideia de unidade nacional.

O pardo, enquanto categoria flexível, tem sido utilizado para justificar a suposta ausência de racismo no Brasil, ao mesmo tempo em que reforça as desigualdades estruturais que afetam os povos indígenas e negros. Essa fluidez da categoria parda permite que a sociedade brasileira mantenha a ilusão de uma democracia racial, enquanto perpetua a exclusão e a marginalização das populações racializadas (Schucman, 2012).

Nos últimos anos, porém, tem havido uma crescente conscientização sobre o impacto desse apagamento na preservação das raízes culturais e étnicas dos povos indígenas. Movimentos sociais e intelectuais indígenas têm trabalhado para desconstruir a ideia de pardo como uma identidade que dilui suas origens, enfatizando a necessidade de reconhecer e valorizar as especificidades de cada grupo étnico. Esses esforços são fundamentais para reverter o processo de invisibilidade que marcou a história do Brasil e para construir uma narrativa mais inclusiva e representativa (Krenak, 2022).

É essencial entender que a identidade parda, enquanto reflexo da miscigenação, é também um espaço de disputa e ressignificação. Muitos indivíduos que se identificam como pardos têm buscado reconectar-se com suas raízes indígenas, resgatando tradições culturais e reconstruindo suas identidades de forma autônoma. Esse movimento de reapropriação é uma resposta direta ao processo histórico de apagamento, que visou eliminar a diversidade étnica em prol de uma suposta unidade racial (Andrade, 2019).

2.3 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DAS IDENTIDADES INDÍGENAS

Apesar de avanços pontuais no campo dos direitos indígenas, o país ainda enfrenta dificuldades em superar o apagamento e a marginalização que estruturaram as relações entre o Estado brasileiro e os povos originários. Esses desafios não se limitam apenas à esfera legal ou territorial; eles também abarcam a necessidade de reconstruir narrativas que coloquem os indígenas no centro de suas próprias histórias, valorizando suas cosmologias, modos de vida e resistências.

Um dos principais obstáculos reside na manutenção de um modelo econômico que privilegia a exploração de recursos naturais em detrimento dos direitos territoriais indígenas. A pressão do agronegócio, da mineração e de outros setores econômicos continua a colocar em risco territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas. Isso não apenas compromete a preservação ambiental, como também ataca



diretamente a relação espiritual e identitária que essas comunidades mantêm com suas terras. A ideia de que os indígenas são obstáculos ao progresso ainda está presente em discursos políticos que deslegitimam suas lutas e reforçam a ideia de que seu modo de vida é incompatível com a modernidade (Cardim, 2020).

Ademais, a educação, que poderia ser um instrumento poderoso para desconstruir preconceitos, ainda se mostra insuficiente para promover uma verdadeira valorização das culturas indígenas. Os currículos escolares, na maioria das vezes, tratam os indígenas como figuras históricas congeladas no tempo, ignorando suas dinâmicas contemporâneas e sua participação ativa na sociedade atual. Essa abordagem reforça estereótipos e dificulta a compreensão de que os povos indígenas não pertencem apenas ao passado, mas estão profundamente conectados às questões do presente, como a luta por direitos territoriais, a preservação ambiental e a valorização de suas línguas e tradições (Kaingang, 2017).

A invisibilidade das línguas indígenas é um ponto particularmente crítico. O Brasil possui uma enorme diversidade linguística, mas muitas dessas línguas estão em risco de desaparecer devido à falta de políticas públicas que incentivem sua preservação e transmissão para as novas gerações. A imposição do português como língua dominante reflete a continuidade de uma lógica colonial que desvaloriza os saberes indígenas. No entanto, há esforços crescentes para reverter esse cenário, com a inclusão de línguas indígenas em programas educacionais e projetos comunitários que buscam revitalizar essas formas de comunicação e os sistemas de conhecimento que elas carregam (Angatu, 2019).

Apesar de serem os guardiões de uma parcela significativa do território brasileiro e de desempenharem um papel fundamental na conservação da biodiversidade, os indígenas ainda são sub-representados em instituições políticas e sociais. Isso dificulta a formulação de políticas públicas que atendam às suas demandas específicas e perpetua a visão de que suas contribuições são marginais ou dispensáveis para o desenvolvimento do país (Krenak, 2022).

A mídia, por sua vez, desempenha um papel ambíguo nesse contexto. Embora tenha havido um aumento na visibilidade de lideranças indígenas em espaços públicos, como redes sociais e movimentos ambientais globais, a cobertura midiática ainda tende a simplificar ou estereotipar as questões indígenas. Essa abordagem reduz a complexidade das lutas e das identidades indígenas, dificultando o reconhecimento de suas especificidades e a construção de solidariedades efetivas com outros segmentos da sociedade (Müller & Lourenço, 2017).

No campo jurídico, embora a Constituição de 1988 tenha representado um marco importante ao reconhecer os direitos dos povos indígenas, sua implementação tem sido marcada por entraves burocráticos e retrocessos políticos. A demarcação de terras indígenas, por exemplo, é frequentemente paralisada por interesses econômicos e disputas judiciais, deixando muitas comunidades vulneráveis a invasões, violência e degradação ambiental. Esses retrocessos são agravados pela falta de fiscalização efetiva e pela ausência



de mecanismos que garantam a segurança das comunidades indígenas diante de ameaças externas (Andrade, 2019).

Além das questões territoriais e políticas, há também desafios relacionados à saúde e ao bem-estar das comunidades indígenas. O acesso a serviços de saúde que respeitem as especificidades culturais desses povos ainda é limitado, e muitos programas de saúde ignoram ou desvalorizam as práticas tradicionais de cura. Essa desconexão entre os sistemas de saúde convencionais e os saberes indígenas não apenas compromete a eficácia do atendimento, mas também contribui para o enfraquecimento das práticas culturais que são centrais para essas comunidades (Coimbra & Santos, 2000).

Contudo, é importante destacar que, apesar desses desafios, os povos indígenas têm demonstrado uma capacidade extraordinária de resistência e reinvenção. Movimentos indígenas em todo o país têm trabalhado para garantir o reconhecimento de seus direitos, reconstruir suas narrativas e ocupar espaços de poder. Esses movimentos não apenas confrontam as estruturas de opressão, mas também oferecem novas perspectivas para a sociedade brasileira como um todo, questionando as bases do modelo econômico e político que perpetua a desigualdade e a exclusão (Atalay, 2020).

Essa resistência também se manifesta na arte, na literatura e nas ciências. Líderes e intelectuais indígenas têm utilizado essas plataformas para reafirmar suas identidades e denunciar as injustiças históricas que continuam a moldar suas vidas. Essas vozes são fundamentais para desestabilizar a visão homogênea de brasilidade e para promover uma sociedade que valorize sua diversidade cultural e étnica (Krenak, 2022).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo apontam para a persistência de uma lógica de apagamento histórico e cultural dos povos indígenas no Brasil, exacerbada pela construção da identidade parda como reflexo da miscigenação. A análise revelou que práticas históricas e sociais moldaram a categoria “pardo” como uma identidade intermediária, que frequentemente invisibiliza as origens indígenas e reforça hierarquias raciais baseadas na proximidade com a branquitude. Esse processo, ao invés de valorizar a diversidade, opera como um mecanismo de neutralização das especificidades culturais e étnicas (Silva & Leão, 2012; Schucman, 2012).

O estudo também identificou que a ideia de miscigenação, amplamente exaltada como símbolo da identidade nacional, foi instrumentalizada para consolidar a narrativa de uma democracia racial inexistente. Essa categoria “pardo” atua como um espaço de diluição das raízes indígenas, onde tradições e heranças culturais são suprimidas em favor de uma identidade genérica e despolitizada. Essa dinâmica é observada tanto nos discursos políticos quanto nas relações sociais cotidianas, evidenciando como a invisibilidade indígena é perpetuada mesmo em contextos contemporâneos (Fiorin, 2009).



No campo educacional, os resultados demonstraram que os currículos escolares desempenham um papel fundamental na perpetuação desse apagamento. Apesar de esforços legislativos para incluir a história e a cultura indígena nos programas educacionais, a abordagem ainda é superficial e presa a estereótipos. Os povos indígenas são apresentados como figuras históricas do passado, desconsiderando suas realidades atuais e suas contribuições contínuas para a sociedade brasileira. Essa abordagem pedagógica não apenas reforça preconceitos, mas também dificulta o desenvolvimento de uma visão crítica e inclusiva sobre a pluralidade étnica no Brasil (Kaingang, 2017).

Apesar dos avanços proporcionados pela Constituição de 1988, os processos de demarcação enfrentam constantes entraves burocráticos e políticos, colocando as comunidades indígenas em situações de vulnerabilidade frente a interesses econômicos de grandes setores, como o agronegócio e a mineração. A incapacidade do Estado em garantir a segurança territorial dos povos indígenas reforça o ciclo de exclusão e marginalização, evidenciando a fragilidade do sistema jurídico em atender às demandas dessas comunidades (Andrade, 2019).

No âmbito linguístico, os resultados destacaram a perda acelerada de línguas indígenas como um reflexo direto do apagamento cultural. A imposição do português como idioma oficial e a falta de políticas linguísticas eficazes têm resultado na extinção de diversos idiomas originários. Essa perda linguística não representa apenas o desaparecimento de meios de comunicação, mas também de sistemas de conhecimento e formas de organização social que são parte intrínseca das identidades indígenas. Contudo, iniciativas de revitalização linguística, embora ainda incipientes, têm emergido como formas de resistência cultural (Angatu, 2019).

O estudo também apontou para os desafios contemporâneos relacionados à representatividade indígena em espaços de poder e decisão. Apesar de sua contribuição indispensável para a preservação ambiental e para a diversidade cultural, os povos indígenas permanecem sub-representados em instituições políticas e sociais. Essa exclusão limita a capacidade de influenciar políticas públicas que atendam às suas demandas e perpetua a visão de que suas contribuições são secundárias ou irrelevantes (Krenak, 2022).

Por outro lado, os resultados revelaram um crescimento significativo na mobilização dos povos indígenas em prol do reconhecimento de suas identidades e direitos. Movimentos organizados têm desafiado estruturas coloniais e hegemonias discursivas, afirmando suas cosmologias e saberes ancestrais como fundamentais para a construção de um futuro mais sustentável e equitativo. Essa resistência se manifesta em diversas frentes, desde a ocupação de espaços acadêmicos e culturais até a participação ativa em discussões globais sobre mudanças climáticas e justiça social (Atalay, 2020).

A análise da mídia destacou que, embora haja uma crescente visibilidade de lideranças indígenas em plataformas digitais e redes sociais, ainda persiste uma abordagem simplista e estereotipada por parte de veículos de comunicação tradicionais. Essa representação limitada dificulta a compreensão da diversidade



e complexidade das lutas indígenas, perpetuando ideias preconcebidas que desvalorizam suas demandas legítimas e urgentes (Müller & Lourenço, 2017).

4 CONCLUSÃO

A análise realizada neste estudo evidenciou que a invisibilidade dos povos indígenas no Brasil é resultado de um processo histórico e contínuo de apagamento cultural, político e social, que teve início com a colonização e persiste até os dias atuais. A dinâmica reforça hierarquias raciais, perpetua desigualdades estruturais e consolida a exclusão das identidades indígenas nos espaços de poder e decisão.

O reconhecimento dessa realidade é fundamental para desconstruir a falsa ideia de democracia racial e promover ações que valorizem e respeitem a diversidade cultural do país. O estudo demonstrou como as narrativas históricas, educacionais e midiáticas contribuíram para perpetuar estereótipos e silenciar as vozes indígenas, restringindo sua presença ao imaginário do passado.

A luta pelo reconhecimento de suas identidades, pela demarcação de suas terras e pela valorização de seus saberes ancestrais tem se intensificado, mesmo em um cenário político e econômico que muitas vezes busca silenciá-las. Movimentos indígenas contemporâneos têm se apropriado de plataformas digitais, acadêmicas e culturais para reafirmar suas vozes e questionar estruturas coloniais que ainda operam na sociedade brasileira.

É essencial que o Estado brasileiro assuma uma postura comprometida com a reparação histórica e com o fortalecimento das comunidades indígenas, garantindo a elas não apenas direitos formais, mas condições reais de autonomia e dignidade.

A valorização das identidades indígenas não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também uma oportunidade para construir uma sociedade mais plural, sustentável e inclusiva. Os saberes indígenas, muitas vezes negligenciados, possuem contribuições fundamentais para enfrentar desafios globais, como as crises ambientais e sociais. O reconhecimento dessas contribuições exige não apenas uma mudança de paradigma, mas também a disposição de todos os setores da sociedade para desconstruir preconceitos e promover o diálogo intercultural.

Em última análise, o estudo reafirma que o combate à invisibilidade dos povos indígenas no Brasil deve ser entendido como um processo contínuo e multidimensional. Isso envolve não apenas mudanças institucionais e legislativas, mas também a transformação das narrativas que moldam a percepção social sobre os indígenas. A construção de um futuro mais justo e inclusivo dependerá do reconhecimento pleno das identidades indígenas como parte essencial do que significa ser brasileiro, resgatando a riqueza cultural e a resistência que marcam a trajetória desses povos. Com isso, este trabalho espera contribuir para o avanço do debate acadêmico e para a formulação de políticas que priorizem o reconhecimento e a valorização das culturas indígenas no Brasil contemporâneo.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. E. A. de. Povos Indígenas, Mapeamentos participativos e Política de Gestão Territorial: O caso do Semiárido Brasileiro. Vivência: Revista de Antropologia, [S. l.], v. 1, n. 52, 2019.

ANGATU, Casé (2019, 31 de janeiro). “Nós não somos os donos da terra, nós somos a terra” Entrevista concedida a Ricardo Machado. Revista Unisinos (IHU - online), 527(27), <https://www.ihu.unisinos.br/582140-nos-nao-somos-donos-da-terra-nos-%20somos-a-terra-entrevista-especial-com-case-angatu-xukuru-tupinamba>

ATALAY, Sonya. 2020. Indigenous Science for a World in Crisis. *Public Archaeology*, vol. 19, 37-52.

MÜLLER, Tânia & Lourenço, Cardoso (2017). Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil *Appris*.

CARDIM, Pedro. 2020. Os povos indígenas, a dominação colonial e as instâncias de justiça na América portuguesa e espanhola. In A. Domingues, M. Resende, P. Cardim (eds.). *Os indígenas e as justiças no mundo ibero-americano (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: CHAM/PPGH/UFSJ, pp. 29-86.

COIMBRA, Carlos & SANTOS, Ricardo (2000). Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. *Revista Ciências e Saúde Coletiva*, 5(1), 01-07.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana – Revista de Estudos do Discurso*, v. 1, n. 1, p. 115-126. (2009)

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e uma nova Nova Fronteira*, 2013.

KAINGANG, Angélica (2017). In “Daniel Munduruku: eu não sou índio, não existem índios no Brasil”. *Nonada*, <https://www.nonada.com.br/2017/11/daniel-munduruku-eu-nao-sou-indio-nao-existem-indios-no-brasil/>

KRENAK, Ailton. 2022. *FUTURO ANCESTRAL*. São Paulo: Companhia das Letras.

Mollica, M. (2021) autoabolição: Condição para um futuro decolonial. In A. M. C. Guerra & R. G. Lima (Orgs.), *A psicanálise em eclipse decolonial* (pp. 239-250). N-1 edições.

SCHUCMAN, Lia (2012). Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo/SP].

SILVA, Graziela M; LEÃO, Luciana T. S. O paradoxo da mistura: Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, v.27, n.80, p.117-255, out 2012.